



Junio 2018 - ISSN: 1988-7833

“PARTILHA DOS ESPAÇOS DA VIDA”: A SOCIABILIDADE DO MIGRANTE RURAL EM MEIO URBANO

Guélmer Júnior Almeida de Faria¹

Doutorando em Desenvolvimento Social (UNIMONTES-MG-Brasil)
guelmerjrf@yahoo.com.br

Maria da Luz Alves Ferreira²

Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (UNIMONTES-MG-Brasil)
mluz@oi.com.br

Andrea M. Narciso Rocha de Paula³

Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (UNIMONTES-MG-Brasil)
andreapirapora@yahoo.com.br

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Guélmer Júnior Almeida de Faria, Maria da Luz Alves Ferreira y Narciso Rocha de Paula (2018): “Partilha dos espaços da vida”: A sociabilidade do migrante rural em meio urbano”, Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (junio 2018). En línea: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2018/06/sociabilidade-migrante-rural.html>

RESUMO: Este artigo pretende compreender a sociabilidade dos migrantes oriundos do meio rural para o meio urbano, entendendo o território como parte da apropriação social do espaço. Especificamente: identificar rural e urbano como manifestação do desenvolvimento urbano-rural; refletir sobre o conceito de sociabilidades e analisar as migrações rurais-urbanas a partir das relações de pertencimento, identidades e de sociabilidades. A metodologia conjuga-se com uma análise teórico-conceitual, feito por um levantamento exploratório e utilizando uma pesquisa de campo. Desta forma, a incorporação dos *espaços da vida* na cidade pode ser compreendida pelos migrantes rurais como lugar da vida em que a partilha dos espaços possa contribuir para a sociabilidade e a construção de territorialidades. O mutirão, a ajuda mútua e as vicinalidades são as formas de sociabilidades que reproduzem e produzem os vínculos sociais. A organização, articulação e constituição das comunidades rurais na cidade atribuem valores e símbolos conjuntamente que tornam o espaço da vida um lugar *de* e *para* a vida consubstanciado em afeto, pertença e obrigação moral para com seus compatriotas.

Palavras-chaves: migrantes rurais, sociabilidade urbana, modos de vida, rural e urbano.

Resumen: Este artículo pretende comprender la sociabilidad de los migrantes oriundos del medio rural hacia el medio urbano, entendiendo el territorio como parte de la apropiación social del espacio. Específicamente: identificar rural y urbano como manifestación del desarrollo

¹ Mestre em Desenvolvimento Social (Universidade Estadual de Montes Claros), Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros-MG-Brasil.

² Doutora em Sociologia (Universidade Federal de Minas Gerais), Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros-MG-Brasil.

³ Doutora em Geografia (Universidade Federal de Uberlândia), Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros-MG-Brasil.

urbano-rural; reflexionar sobre el concepto de sociabilidades y analizar las migraciones rurales-urbanas a partir de las relaciones de pertenencia, identidades y de sociabilidades. La metodología se conjuga con un análisis teórico-conceptual, hecho por un levantamiento exploratorio y utilizando una investigación de campo. De esta forma, la incorporación de los espacios de la vida en la ciudad puede ser comprendida por los migrantes rurales como lugar de la vida en que el compartir los espacios pueda contribuir a la sociabilidad y la construcción de territorialidades. El *mutirão*, la ayuda mutua y las vicisitudes son las formas de sociabilidades que reproducen y producen los vínculos sociales. La organización, articulación y constitución de las comunidades rurales en la ciudad atribuyen valores y símbolos conjuntamente que hacen del espacio de la vida un lugar de y para la vida consubstanciado en afecto, pertenencia y obligación moral para con sus compatriotas.

Palabras clave: migrantes rurales, sociabilidad urbana, modos de vida, rural y urbano.

Abstract: This article aims to understand the sociability of migrants from the rural to the urban environment, understanding the territory as part of the social appropriation of space. Specifically: identify rural and urban as a manifestation of urban-rural development; to reflect on the concept of sociability and to analyze rural-urban migrations from the relations of belonging, identities and sociabilities. The methodology is conjugated with a theoretical-conceptual analysis, done by an exploratory survey and using a field research. In this way, the incorporation of spaces of life in the city can be understood by rural migrants as a place of life in which the sharing of spaces can contribute to sociability and the construction of territorialities. Mutual assistance, mutual help and vicinalities are the forms of sociability that reproduce and produce societal bonds. The organization, articulation and constitution of the rural communities in the city attribute values and symbols together that make the space of life a place of and for life embodied in affection, belonging and moral obligation towards its compatriots.

Key-Words: rural migrants, urban sociability, ways of life, rural and urban.

JEL: J61

1. Introdução

Um dos enigmas teórico-metodológicos que se expressa nas Ciências Sociais é a demarcação e contextualização do que é rural e urbano. Consequentemente, o esforço é visto em conjunto e abarca outras áreas do conhecimento. Ambos possuem escalas, espaços, especificidades e redes diferenciados, no entanto, complementares. Logo, *“falar de cidade é falar de urbano. Falar de urbano nem sempre é falar de cidade”*.

Para Williams (1990: 11), “o campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtude simples. À cidade associou-se a ideia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz”. Nesta perspectiva o migrante rural percebe a cidade como local de trabalho e o campo como local de residência. Sobretudo, pensando a cidade como sonho de vida e esperança de vida melhor.

Logo, a cidade é marcada pela concentração, local de contato social, onde os símbolos e os significados ganham maior amplitude. Este espaço marcado por atitudes e valores próximos, tais como: encontro, proximidade, comunicação, especialização e complementariedade de papéis e funções. O campo se expressa pela extensão e dispersão, requer: reciprocidade, compadrio, laços sociais, diferenciado.

“O reconhecimento de um contínuo cidade/campo não pressupõe o desaparecimento da cidade e do campo como unidades espaciais distintas, mas a constituição de áreas de transição e contato entre esses espaços que se caracterizam pelo compartilhamento, no mesmo território de interesses políticos e econômicos”. (SPOSITO, 2006: 121).

A partir do estabelecimento desta diferenciação entre espaço da cidade e espaço rural, podemos observar em Karl Marx uma distinta divisão de trabalho, onde o campo é o local da produção e a cidade, o local da reprodução produto da sociedade capitalista, que se manifesta a mais-valia, logo, a miséria e a degradação da classe operária.

Max Weber procura metodologicamente elaborar um tipo ideal de cidade para que sirva de modelo de análise, a partir de características essenciais possíveis de identificar o papel da cidade no desempenho das forças produtivas do desenvolvimento do capitalismo moderno.

Durkheim entende esses dois espaços com suas morfologias sociais com especialidades que o diferenciam em seus aspectos sociais, econômicos, políticos e ideológicos. De acordo com Sant’Anna (2002), “é, portanto, no contexto da anatomia da sociedade, em seus aspectos marcadamente estruturais, que a cidade surge como substrato da vida social, acumulando e concentrando parcelas significativas da população”.

Mas, a grande contribuição para estudos da teoria do desenvolvimento urbano e rural é a Escola de Chicago, singular nos estudos de investigação sobre o ambiente urbano. Tendo como objeto de análise a *cidade*. Sobre duas abordagens: uma ecológica (meio físico – natural) e culturalista (modo de vida). Obviamente, sua principal crítica é a da Sociologia Francesa, sob o viés marxista, a ideia de que o espaço determina o comportamento. Segundo Mingione e Pugliese (1987: 85), “a dicotomia urbano/rural vem a ser posteriormente criticada pela “nova sociologia urbana”, na medida em que se presta a uma utilização direta e pouco precisa como chave interpretativa da diferenciação de estilos de vida e de comportamentos sociais.”

Compreende-se que o meio rural brasileiro se urbanizou e intensificou sua rede de relação com o urbano nas duas últimas décadas, produto do processo de industrialização da agricultura e por outro lado pela extensão do mundo urbano no meio rural. De acordo com Mello e Novais *apud* Alencar (2012), a partir da década de 1960, a modernização do campo intensificou o êxodo rural. Nas cidades, “a chegada maciça de migrantes – quase 31 milhões entre 1960 e 1980 – pressionou constantemente a base do mercado de trabalho urbano”. E definiu a segregação espacial das cidades entorno da divisão entre centro e periferia.

Neste sentido, é possível defender, segundo Ferrão (2000), que os meios urbanos serão uma ponte entre as áreas rurais e o mundo exterior tanto mais eficiente quanto conseguirem transformar-se em focos de uma cultura de ruralidade suscetível de contribuir não só para consolidar a visão naturalista atualmente dominante, mas, também, para ultrapassá-la, reintroduzindo a componente produtiva com a centralidade que esta merece.

Assim, Cunha e Neto (2015: 77), identificam “que os meios de sociabilidades atuam construindo redes conectando pessoas de formas múltiplas e sutis, tendo a vida em sociedade, a construção de consensos e a resolução ou o adensamento de determinados conflitos, como parte desse processo”.

Para Lima (2012), o estudo das sociabilidades nos comunica sobre as significações relativas dadas aos espaços da cidade, logo, nos informa também a construção das identidades urbanas, bem como a (re)produção ou (re)invenção dos laços sociais presentes nas sociedades contemporâneas. Este atua estruturando as relações sociais, dos comportamentos individuais, das práticas cotidianas, sobre as quais se direcionam modos de vida rurais reconhecidamente urbanos, a cidade e seus moradores (migrantes rurais) tornam-se objeto de reflexão e uma variável importante aos estudos sobre o social.

Neste artigo, adota-se uma abordagem culturalista para compreender a sociabilidade dos migrantes oriundos do meio rural para o meio urbano, entendendo o território como parte da apropriação social do espaço. Especificamente: identificar rural e urbano como manifestação do desenvolvimento territorial; refletir sobre o conceito de sociabilidades e analisar as migrações rurais-urbanas a partir das relações de pertencimento, identidades e de sociabilidades.

2. Rural e urbano: diferenciações dos “lugares da vida”

Nesta seção o esforço analítico será pautado na diferenciação entre o rural e urbano como “lugares da vida”, que segundo Brandão (1999) é um exercício de classificação de imaginários, dirigidos aos cenários dos sujeitos (migrantes rurais para a cidade) e, depois, aos sujeitos dos cenários (migrantes moradores da cidade). Em Biazzo (2008: 144) vamos encontramos o seguinte esclarecimento:

Campo e cidade são formas concretas, materializam-se e compõem as paisagens produzidas pelo homem; “urbano” e “rural” são representações sociais, conteúdos das práticas de cada sujeito, cada instituição, cada agente na sociedade. Por isso, urbanidades e ruralidades se combinam em cada recorte do espaço, seja um local, seja uma micro, meso ou macro região. Mais do que isso, urbanidades e ruralidades se combinam nos atos e na visão de mundo de cada indivíduo. São atributos, não substantivos. Propõe-se, aqui, abandonar por completo o vínculo direto entre espaço e “rural”, ou espaço e “urbano”, para que, referidas como ruralidades e urbanidades, tais categorias adquiram conteúdo analítico.

Portanto, ao pretender diferenciar “lugares da vida” objetiva-se seguir as pistas por meio da qual os sujeitos sociais enxergam a si mesmos e os seus espaços. A ideia de rural e urbano como “lugares da vida” reflete sobre um universo que não é isolado, consubstanciado por uma formação sócia histórica específica.

Uma das primeiras impressões em demarcar o que é rural está ligada ao conceito de campesinato. Para Wolf (1976), “a existência de uma vida camponesa não envolve meramente uma relação entre camponeses e não camponeses, mas um tipo de adaptação, uma combinação de atitudes e atividades destinadas a sustentar o cultivador em sua luta pela sobrevivência individual e de toda a espécie, dentro de uma ordem social que o ameaça de extinção”.

Segundo Chayanov (1966), uma das categorias fundamentais para a compreensão da economia camponesa é seu caráter familiar da unidade de trabalho, destacando que a especificidade do cálculo econômico deste tipo de unidades tem como objetivo chegar a uma relação de equilíbrio entre os bens necessários para satisfazer o consumo familiar e o esforço que isto requer.

Em relação às experiências de sociabilidades e à forma de inserção dos camponeses, Mendras (1976), “identifica cinco traços característicos das sociedades camponesas, a saber: uma relativa autonomia face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos, um sistema econômico de autarquia relativa, uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global. ”

Por tanto, na visão de Sorokin *et al.* (1981: 198), “no decorrer do tempo a separação entre a cidade e o campo cresceu e, correspondentemente, as diferenças entre os universos sociais rural e urbano aumentaram quantitativamente e qualitativamente. ”

Logo, essa definição de rural dentro da Sociologia Rural ganhou corpo mais pela diferenciação da sociologia da produção agrícola e na sociologia do desenvolvimento agrícola do que no diagnóstico do modo de ser e de fazer da sociedade rural.

Assim, a partida teórica relevante para entender o desenvolvimento desses lugares da vida, pode ser encontrada nas formulações clássicas de Ferdinand Tönnies que propõe a oposição entre comunidade e sociedade, para melhor entendimento dos estudos sobre rural e urbano construídos no início do século XIX. Apoiado nessa visão Carmo (2009: 253) evidencia:

No entender de F. Tönnies, a comunidade é definida a partir da noção de harmonia social na qual dominam as relações de afetividade e de intimidade que confluem para o interesse e permanência da coletividade, a qual, por sua vez, se reproduz através da conjunção entre tradição e natureza. A sociedade, em contrapartida, fomenta o individualismo e o conflito social, através de relações essencialmente utilitárias e aparentes que inviabilizam a pertença a qualquer noção coletiva de “bem comum”. Com base nesta definição, facilmente se estabelece uma correspondência linear entre meio rural e comunidade, por um lado, e entre meio urbano e sociedade, pelo outro.

Nestes termos o rural passa a ser mais bem compreendido e se apresenta como possibilidade biunívoca de partilha entre a moderna sociedade contemporânea e uma sociedade que se adapta para preservar sua existência. Ferrão (2000) identifica que esse parecer binário acentua o processo de perda de centralidade econômica, social e simbólica por parte do mundo rural. Por outro lado, este tende a ser globalmente identificado com realidades arcaicas, enquanto as aglomerações urbano-industriais são vistas como o palco, por excelência, do progresso.

Todavia, essas conceptualizações podem ser enviesadas a depender de qual enfoque se diferencia o rural do urbano e vice-versa. Apreende-se que sociologicamente o debate está aberto, e dele provém seu fim, seu renascimento e suas estratégias de sobrevivência dentro da expansão urbana. Evidentemente, estes consensos são transitórios e limitados à unidade espaço temporais definidos historicamente.

Em relação ao fenecimento do rural, Mendras (1976) evidenciou como sendo o fim do seu principal ator social, o camponês, que seria expressão de um processo como o fim do próprio mundo rural. Concomitantemente, Sorokin *et al.* (1981), apontou como a economia camponesa poderia ser aniquilada pela implementação hegemônica do modelo produtivista. Percebendo o processo de urbanização do campo como o fim da especificidade do padrão de vida no meio rural. Inevitavelmente a urbanização tenderia a ser natural e inevitável fruto da modernização da sociedade.

Quanto ao renascimento do rural, Carneiro (2008: 12) aponta uma nova formulação de rural, “baseada em formas de sociabilidade e de relações sociais sustentadas numa complexa rede de atores sociais que não pode mais ser compreendida pura e simplesmente como um processo de urbanização que se encaminharia na direção da homogeneização espacial e social entre o campo e a cidade”. Para Carneiro (2008) esse pensamento está centrado na defesa da permanência das diferenças espaciais e sociais contextualizadas por processos históricos de reelaboração contínua da dualidade campo-cidade emergindo novas ruralidades. A nova ruralidade deve ser encarada como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base no englobamento de novos valores, hábitos e técnicas. Pois, o movimento tem duas direções: uma é a reapropriação do rural pelos próprios cidadãos (advindos do processo de ecologização), e o outro é pela ressignificação dos códigos da cultura local. Assim, o rural brasileiro é visto para além da localidade (campo – atrasado) e da sua ruralidade (modos de vida).

Finalmente, as estratégias previstas para sobrevivência do rural residem nos movimentos atrelados pelo padrão de qualidade de vida em que pesam a valorização do ambiente natural e ecológico. Neste sentido, percebe-se a *contra-metropolização* como uma das evidências apontadas por Martine (1994), residir e trabalhar fora das grandes cidades teria se tornado possível para um número maior de pessoas, nos países desenvolvidos, graças a mudanças significativas nas suas estruturas de produção e consumo. Não há dúvida de que continuam existindo, ou renascendo, valores e aspirações mais “rurais” ou “antimetropolitanas” entre parte significativa da população. Costuma-se contrastar a imagem da vida saudável, descriminalizada, despoluída e integrada do campo com horrores da agitação, sujeira, insalubridade, criminalidade e promiscuidade urbana e metropolitana.

Feitas estas considerações, propomos estabelecer a diferença entre os modos de vida urbano e rural existentes entre migrantes de origem rural em sociedades urbanas. Partindo do estudo das sociabilidades, das relações de pertencimento e identidades.

3. Sociabilidade do migrante: partilha dos espaços da vida

Nesta seção o objetivo é analisar os modos de vida urbano e rural existentes na relação rural-urbano e as impressões simbólicas marcadas por grupos de migrantes no território urbano.

Partindo de estudos realizados por Faria (2014)⁴. Nessa relação entre o *ir* e o *vir*, são os meios de sociabilidades que se fundamentam como elementos mantenedores de compreensão do jogo de aproximações e distanciamentos entre um e outro, de forma a se perceber como os sujeitos constroem redes de pertencimento, edificam e dão sentido à urbanidade. (CUNHA e NETO, 2015).

De acordo com Lemos (2012: 155-156), “as relações de sociabilidade estabelecidas entre os indivíduos situados nas cidades configuram-se de diferentes maneiras. Os vínculos interativos que caracterizam essas relações podem ser vistos segundo uma multiplicidade de referências, pois as sociabilidades são de várias formas, tipos e abrangências. ”

A sociabilidade consiste, de acordo com Candido (1964: 44), “no agrupamento de algumas ou mais pessoas, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdicas e religiosas”.

O conceito de sociabilidade supõe ações onde os indivíduos não têm outra intenção, senão a de criar uma interação com os demais. Não se ingressa num ambiente de sociabilidade como homens completos, “fechados”, mas como homens despojados de fins e metas e de intenções rígidas. (DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1986).

Em relação às novas relações sociais é comum que os migrantes se apoiem em pessoas próximas do seu universo para se estabelecer na cidade, são as redes de apoio. São os amigos ou parentes que agem como “intérpretes” do mundo urbano e transmitem a sua experiência pessoal, favorecendo a aprendizagem necessária à integração na vida da sociedade.

Faria (2014) em sua dissertação de mestrado evidenciou o movimento de mulheres que partem de comunidades rurais para a cidade, quando perguntadas sobre o apoio de alguém na cidade ou participação em algum grupo de apoio, elas disseram:

“A gente não tem um grupo de apoio; às vezes, a gente se encontra, mas é difícil a gente se fala pelo facebook.” (Aparecida, 21 anos).

“Se não fosse uma prima, que me ajudou quando cheguei aqui, ela mora aqui há muitos anos, me ensinou tudo, onde ir, como comportar, até a falar”. (Penha, 23 anos).

A integração é a condição (ou processo) de se sentir membro integral e ativo da sociedade em que vive, dispondo dos meios e oportunidades para participar, tanto quanto se queira, num contexto social e cultural mais abrangente.

Na construção dessa sociabilidade urbana, um ponto chama a atenção, segundo Wirth (1973) definindo o urbanismo como modo de vida urbano e assegurando o estilo de vida urbano como

⁴ Ao abordar as migrações rurais-urbanas por mulheres quanto à sua inserção no trabalho doméstico no município de Montes Claros-MG, através de uma pesquisa qualitativa, com a utilização de entrevistas em profundidades com seis mulheres migrantes oriundas de um distrito rural, Muquém, localizado no município de Mirabela-MG. FARIA, Guélmer Júnior Almeida. **Do seu lugar para o lugar dos outros: a migração de mulheres e sua inserção no trabalho doméstico**. 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, 2014.

substituto das relações primárias pelas secundárias, o que exprime o enfraquecimento dos laços de parentesco e vida em família. Logo, o migrante é figura controversa nesse cenário, pois, suas relações advindas do meio rural (primárias) tendem a ser contrárias, reforçando, ao menos entre seus grupos de relações na cidade seu caráter vicinal, compadrio, interacionista e solidário.

“Tenho parente aqui, minha prima. Nesse mundo a gente precisa aprender as coisas, pra ninguém passar a gente pra traz”. (Janaina, 20 anos).

Segundo Comerford *et. al.* (2015), chegar à cidade e ter um lugar para morar mobiliza uma trama de relações que foram constituídas no local de origem, e hoje se reforçam e se complexificam no processo da migração. Na construção e morada efetiva, ressoa um modo de vida: o contato entre mais próximos, criado através das dinâmicas de solidariedade e do constante trânsito domiciliar dos migrantes conterrâneos.

Ao se deslocarem, como diaristas, que é uma modalidade de ocupação sem a possibilidade de morar no emprego, encontra na rede de apoio um lugar para se estabelecer até poder alugar uma moradia. (FARIA e MACEDO, 2013).

Em relação às vicinalidades Godoi (2014: 147), expressa que “essas vicinalidades são, por um lado, espaços de interação intensa, de entreajuda, de empréstimos, de dons, de disputas, de riscos e também de reparações. ”

As formas como são edificadas a partilha dos espaços da vida, como apontam Pina-Cabral e Godoi (2014), vicinalidade, por oposição a vizinhança, descreve uma proximidade aberta entre espaços de morada. Vicinalidades não são vizinhanças, zonas territorialmente demarcadas; são processos de aproximação territorial constitutiva. Logo, os migrantes se identificam com o *vai e vem* dos seus moradores e sua transitividade. Para Pina-Cabral e Godoi (2014: 12-13), o conceito de “vicinalidade”:

Assume que os espaços de morada (casas, domicílios, tendas, etc.) tendem a se agregar territorialmente segundo lógicas plurais (p.ex., amizade, homonímia, interesse político, geração, afinidade, matrilateralidade, etc.), formando assim conglomerados abertos com importantes implicações para a ação social, que coexistem e interagem com outras formas mais instituídas de agrupamento (tais como aldeias, linhagens, partidos, etnicidade, classes etárias, etc.) sem nelas se dissolverem. Cada uma das entidades familiares que forma uma vicinalidade reproduz-se em rede a partir das participações constitutivas entre as pessoas que nelas habitam.

Outra característica importante das interações sociais no meio urbano de acordo com a visão de Simmel (1973), em relação as consequências do modo de vida urbano, é a *atitude blasé*, expressão para referir-se ao fato de que, com o adensamento das cidades, há uma sobreposição da individualidade e de atitudes de indiferenças dos indivíduos perante os outros.

Faria (2014) verificou que as mulheres entrevistadas não se enxergam enquanto “migrantes”, tampouco pela condição de sujeito deslocado, mas o reconhecimento acontece pelo trabalho, pelo “*ser doméstica*”. Este reconhecimento se dá mais dentro do grupo de trabalhadoras e em menor escala nos outros grupos de relações na cidade. No lugar de origem o reconhecimento social se dá no retorno exatamente pelo trabalho doméstico. Vale ressaltar que esse enaltecimento da individualidade é ancorado no próprio processo de racionalidade da existência e da convivialidade.

Wirth (1973: 92), “assinala que em maior ou menor escala, a nossa vida social tem a marca de uma sociedade anterior, de *folk*⁵, possuindo os modos característicos da fazenda, da herdade e da vila.” Em relação ao tempo livre são condicionados pelas atividades presentes na cidade, incluem passeios ao *shopping* e ida à igreja. Percebe-se que aqui há um ponto de intercessão entre a vida citadina (ida ao *shopping*) com o retorno às suas origens (ida a igreja):

“Geralmente, às vezes eu saio de vez em quando vou ao shopping, mas é tudo estranho. Ninguém conversa com ninguém. Até os vendedores não conversam. É um lugar que é estranho”. (Penha, 23 anos).

“Sou católica e vou sempre à igreja, vou à igreja do bairro onde minha prima mora”. (Aparecida, 21 anos).

Assim, na visão de Simmel (1973) a *atitude blasé* pelo fato de que os frequentadores do *shopping* não se consubstanciam em um grupo homogêneo, já que não possuem referências comuns, reforça atitudes de indiferença entre os circulantes desses espaços onde a individualidade tem prevalência em relação ao coletivo.

Nesse sentido, Lima (2012: 196), dizem que a “identidade cultural que é socialmente construída, permite aos membros de uma dada comunidade se reconhecerem como parte de um mesmo grupo, por outro, permite-lhes também perceber os outros, a alteridade. Consequentemente, as identidades são múltiplas, mutáveis e contextuais, não estanques e configuradas na própria dinâmica social.”

Em relação as formas de solidariedade presente nos migrantes de origem rural, está o *mutirão* para construção de casa, sendo equiparadas as descrições de Candido (1964: 81), “que de forma autárquica com referência ao bairro; um dos elementos de sua caracterização era o trabalho coletivo. Um bairro poderia definir-se como o agrupamento territorial, mais ou menos denso, cujos limites são traçados pela participação dos moradores em trabalhos de ajuda mútua”.

“Toda vez que algum conhecido de Muquém tá precisando de ajuda para levantar a laje, todos nós, vai ajudar, os homens pegam no pesado e as mulher faz a comida. Quando termina é aquela festa.” (Janaína, 20 anos)

⁵ Robert Redfield. **Civilização e cultura de folk: estudo de variações culturais em Yucatan**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1949. Estudou as diferenças existentes entre o rural (cultura *folk*) e o urbano (civilização), através da abordagem comparativa dos estudos de quatro comunidades (Tusik, ChanKom, Dzitas e Mérida) que diferem entre si pelo grau em que cada uma delas foi afetada pela comunicação com um único centro importante de influência modificadora – a civilização urbana.

Desse modo, na visão de Candido (1964), a obrigação bilateral é aí elemento integrante da sociabilidade do grupo, que desta forma adquire consciência de unidade e funcionamento. Trata-se de uma obrigação moral. Seu benefício é revestido pela oferta de alimento e uma festa.

Para Lima (2012), certos espaços característicos dos centros urbanos, os quais se efetivam pela grande aglomeração de pessoas, são entendidos enquanto locais de fluxo constante e constituídos por uma multiplicidade de indivíduos e usos, são as praças dos bairros onde se vincula o local de trabalho dos migrantes é que se destacam como ramificação e ponto de encontro de grande parte de seus conterrâneos. Faria (2014) apontou que as empregadas domésticas utilizavam a praça como ponto de troca de informações, materiais e encontros. Na visão de Tönnies *apud* Lima (2012: 169), “o compartilhamento de semelhanças nas atividades profissionais pode indicar um tipo de sociabilidade comunitária de espírito (amizade), determinando interações e vínculos mais pessoalizados e próximos.”

4. Considerações Finais

Pretendeu-se, neste artigo, compreender a sociabilidade dos migrantes oriundos do meio rural para o meio urbano, entendendo o território como parte da apropriação social do espaço. Sobretudo, pensar o rural e o urbano a partir dos seus atores sociais. Como eles articulam seus modos de vida, como se apropriam do novo, como gestam suas identidades a partir de elementos novos, advindos da expansão capitalista.

Considerando o desafio dos estudiosos da sociologia rural e de outras áreas que abarcam os lugares da vida: rural e urbano, como enigmas a serem decifrados na contemporaneidade ao emergir para diferentes possibilidades de análise, englobando múltiplos olhares acerca das práticas sociais dos sujeitos e dos modos de vida.

Este estudo apresentou como objeto a sociabilidade migrante evidenciada entre agentes sociais que se põem em movimento. O que se verifica é que as formas de sociabilidade presentes nos migrantes de origem rural expressam relações de: proximidade, solidariedade, ajuda mútua, cuja relações são pessoalizadas em contrapartida das relações do local de destino, onde se estabelecem relações impessoalizadas e com vínculos precários. Em termos de pertencer, de fazer parte de uma comunidade, as migrantes mantêm hábitos culturais da sua comunidade, sem com tudo deixar de assimilar os modos de vida urbanos. Por isso, é possível notar um processo duplo de pertencimento entre o manter a tradição e a aproximação do novo.

Verificou-se pela apropriação social do espaço as praças dos bairros do local de trabalho como um lugar apropriado na cidade, onde os processos de viver e conviver na cidade desenvolvem suas práticas cotidianas de troca de informações, bens materiais e contato, o que suscita um elo de ligação entre a casa (Distrito de Muquém) e a cidade (Montes Claros). Desta forma, a incorporação do espaço da vida na cidade pode ser compreendida pelos migrantes rurais como

lugar da vida em que a partilha dos espaços possa contribuir para a sociabilidade e a construção de territorialidades.

Entre as formas de sociabilidade empreendida podem-se notar que o mutirão e a ajuda mútua configuram como sustentação da produção e reprodução dos vínculos sociais. Dessa forma os laços de amizade e parentesco são elementos responsáveis pela organização, articulação e constituição das comunidades rurais na cidade, determinando as características locais e atribuindo valores e símbolos conjuntamente que tornam o espaço da vida um lugar *de e para* a vida consubstanciado em afeto, pertença e obrigação moral para com seus compatriotas.

5. Bibliografia

Livros:

- ALENCAR, A. L. H. (2012). De território a lugar: em busca da sociabilidade. In: MARTINS, P.; SÁNCHEZ, H. A.; WELTER, T. (Orgs). *Território & sociabilidade: relatos latino-americanos*. 1ª ed. – Florianópolis: Editora da UDESC, p. 211-228.
- BRANDÃO, C. R. (1999). *A partilha da vida*. São Paulo: Geic: Cabral.
- CANDIDO, A. (1964). Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olympio.
- CHAYANOV, A.V. (1966). *The Theory of Peasant Economy*. Thorner, D., Kerblay, R. Smith (eds.), American Economic Association, Homewood, Irwin, Illinois.
- COMERFORD, J.; CARNEIRO, A.; DAINESE, G. (2015). *Giros etnográficos em Minas Gerais Casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo*. 1. ed. - Rio de Janeiro: 7 Letras: FAPERJ.
- LEMOES, M. R. (2012). Sociabilidade e centros urbanos: interações no terminal de transporte público de Uberlândia-MG. In: MARTINS, P.; SÁNCHEZ, H. A.; WELTER, T. (Orgs). *Território & sociabilidade: relatos latino-americanos*. 1ª ed. – Florianópolis: Editora da UDESC, p. 155-172.
- LIMA, M. C. S. M. (2012). Território, sociabilidades e territorialidades: um estudo em um bairro belo-horizontino. In: MARTINS, P.; SÁNCHEZ, H. A.; WELTER, T. (Orgs). *Território & sociabilidade: relatos latino-americanos*. 1ª ed. – Florianópolis: Editora da UDESC, p. 193-210.
- MENDRAS, H. (1976). O que é um camponês? In: *Sociedades Camponesas*. Zahar Editores, Rio de Janeiro. Primeira Edição Brasileira. P. 11-17.
- REDFIELD, R. (1949). *Civilização e cultura de folk: estudo de variações culturais em Yucatan*. São Paulo: Livraria Martins Fontes.
- SIMMEL, G. (1973). A Metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (Org.) *O Fenômeno Urbano*. Zahar Editores, p. 11-25.
- SOROKIN, P.; ZIMMERMAN, C. GALPIN, C. (1981). Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. de S. (org) *Introdução crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: HUCITEC, p. 198 – 224.
- SPOSITO, M. E. B. (2006). A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Orgs). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, p. 111-129.
- WILLIAMS, R. (1989). *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras.
- WIRTH, L. (1973). O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. G. (Org.) *O Fenômeno Urbano*. Zahar Editores, p. 90-113.
- WOLF, Eric. (1970). O campesinato e seus problemas. In: *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 14-34.

ARTIGOS:

- CARMO, R. (2009). A construção sociológica do espaço rural: da oposição apropriação. In: *Sociologias*, v. 11, nº 21, p. 252-280.
- CARNEIRO, M. J. (2008). "Rural" como categoria de pensamento. *Ruris*, v. 2, nº 1.
- CUNHA, E. A.; NETO, J. M. G. (2015). Memórias dos tempos de jogar e rezar: relações de sociabilidades e constituição de urbanidades em Rolim de Moura/RO. *Monções UFMS/CPCX*, v. 3, nº 3, p. 76-88, abr./set.
- FERRÃO, J. (2000). Relações entre o mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pista para o futuro. *EURE* (Santiago), v. 26, nº 78, Santiago, setembro.

GODOI, E. P. (2014). Mobilidades, encantamentos e pertença: o mundo ainda está rogando, porque ainda não acabou. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 57 nº 2.

MARTINE, G. (1994). *A Redistribuição Espacial da População Brasileira Durante a Década de 80*. Texto para discussão nº 329, IPEA, janeiro.

MINGIONE, E., PUGLIESE, E. (1987). A difícil delimitação do “urbano” e do “rural”: alguns exemplos e implicações teóricas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22, abril.

PINA-CABRAL, J.; GODOI, E. P. (2014). Apresentação Vicinalidades e Casas Partíveis. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 57, nº 2.

SANT’ANNA, M. J. G. (2002). *A cidade como objeto de estudo: diferentes olhares sobre o urbano*. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid24.htm>>. Consultado em 27 de janeiro de 2016.

Outras fontes:

BIAZZO, P. P. (2008). *Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária*. 4º ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP, São Paulo, pp. 132-150.

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Rio de Janeiro, FGV, 1986.

FARIA, G. J. A.; MACEDO, L. A. M. (2013). *Quando o fazer de casa vira profissão!: a migração interna de mulheres e sua inserção no trabalho doméstico*. In: *Anais ... II CONINTER Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades Belo Horizonte*, de 8 a 11 de outubro de 2013.

FARIA, G. J. A. (2014). *Do seu lugar para o lugar dos outros: a migração de mulheres e sua inserção no trabalho doméstico*. 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros.